



## **Estudo de caso de Violência na Escola Municipal Teodoro Sampaio (Salvador-Bahia)**

Lícia do Espírito Santo Viana

*Universidade do Estado da Bahia –UNEB Programa de Pós Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação- Gestec. licia\_viana@hotmail.com*

**Resumo:** O presente trabalho é uma pesquisa em andamento do Mestrado Profissional – GESTEC-UNEB, no qual procuramos retratar sobre gestão e violência na Escola Municipal Teodoro Sampaio (2011-2013) – tem como objetivo investigar o fenômeno da violência a partir da perspectiva dos Direitos Humanos e a ação da Escola Municipal Teodoro Sampaio para enfrentá-la. Este estudo pretende dar um enfoque especial à violência na escola pública e suas manifestações, problematizando a atuação da gestão escolar no enfrentamento desse problema. A presente pesquisa foi construída através das leituras de autores os quais estudam a relação entre direitos humanos, violência, contexto e gestão escolar. Uma educação pautada nos direitos humanos contribui para a formação de um cidadão pleno e com uma visão holística da sociedade em toda a sua complexidade, contribuindo para o fortalecimento da democracia. Desta forma, são grandes os desafios do gestor escolar na garantia da gestão democrática e participativa, principalmente na mobilização e articulação diante das diversidades. A pesquisa é de cunho qualitativo e é caracterizada como de campo. A metodologia utilizada para se chegar à análise será a abordagem qualitativa onde serão adotados como instrumento de análise os documentos da Escola, como o livro de atas de reuniões de pais, os livros de ocorrências no período de 2011 a 2013, e um questionário direcionado à gestão, professores e funcionários da escola.

**ABSTRACT:** This work is an ongoing study of the Professional Master - Gestec-UNEB, which seek to portray on management and violence at the Municipal School Teodoro Sampaio (2011-2013) - aims to investigate the phenomenon of violence from the perspective of Human Rights and the action of the School Teodoro Sampaio to address it. This study aims to give a special focus to violence in public schools and its manifestations, questioning the role of school management in tackling this problem. This research was built through the readings of authors who study the relationship between human rights, violence, environment and school management. An education based on human rights contributes to the formation of a full citizen and a holistic view of society in all its complexity, contributing to the strengthening of democracy. In this way, are great challenges the school manager in ensuring the democratic and participative management, especially in the mobilization and coordination in the face of diversity. The research is qualitative in nature and is characterized as a field. The methodology used to arrive at the analysis will be the qualitative approach which will be adopted as an analytical tool the School documents such as the Book of parents meeting minutes, occurrences of books in the period from 2011 to 2013, and a questionnaire directed to management, teachers and school staff.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Educação; Gestão; Violência Escolar.



## **1-INTRODUÇÃO**

Esse trabalho aborda a influência da gestão no contexto de violência na escola pública. A violência é um problema social comum no mundo, e vêm afetando a sociedade. Considerado um dos temas mais polêmicos da contemporaneidade, que apesar de ser tratado com seriedade através da ação de ONGS, grupo da sociedade civil e do eixo governamental, ainda é uma questão que pede bastante atenção, pois ainda são altos os índices de violência apresentados pela mídia e pelos estudos acadêmicos registrados em congressos, colóquios e seminários, como se verifica através de dados do IBGE de 2012, em que, entre 109 mil alunos do 9º ano do ensino fundamental ouvidos pelo IBGE, 8,8% deixaram de ir há pelo menos uma aula nos 30 dias anteriores à pesquisa por causa da violência.

Nesse sentido, é importante enfatizarmos os estudos que vêm sendo efetivados acerca da história da garantia dos direitos humanos e da violência no ambiente escolar, observando a relação que estas têm com a formação dos gestores que atuam com crianças e adolescentes. Temos a compreensão de que o grande desafio pedagógico em combater a violência é o de garantir a estes sujeitos, que tem sua história de vida marcada pela exclusão, pela marginalidade entre outros aspectos, que eles exerçam a sua cidadania, a participação social, cultural e política, tanto na cidade quanto no campo.

Neste cenário, a problemática desta pesquisa procurou elucidar a situação da violência na escola pública, destacando a influência da gestão nesse contexto, e o desempenho dos mesmos na construção de sua práxis. Assim, investigamos se há dificuldade, da parte dos gestores, de se criar estratégias para o tratamento da violência.





## 2-METODOLOGIA

A base metodológica da pesquisa é descritiva com análise de documentos e entrevista com profissionais da escola para alcançar o objetivo desta pesquisa, o qual busca investigar o fenômeno da violência a partir da perspectiva dos Direitos Humanos e a ação da Escola Municipal Teodoro Sampaio para enfrentá-la.

Esta pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa, já que o interesse da mesma é a compreensão de um grupo social formado por gestores, professores e funcionários da Escola Municipal Teodoro Sampaio, os quais participam do contexto de violência presente na escola e busca observar de que forma o mesmo pode contribuir para uma melhor atuação e diminuição desse problema no espaço escola.

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa está relacionada no levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população. O objetivo é explorar, portanto não tem o intuito de obter números como resultados, mas informações que possam nos indicar o caminho para tomada de decisão correta sobre uma questão-problema. Os recursos mais usados na pesquisa qualitativa são as entrevistas semi-estruturadas, observação em campo, entrevistas por telefone, entre outros. Assim, de acordo com Godoy (1995, p. 21), nessa perspectiva “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”

Para isso, utilizou-se da pesquisa descritiva, que é um tipo de abordagem qualitativa, pois esta busca descrever fenômenos e fatos de uma realidade, que nesse caso é a violência no contexto escolar. Estudos de caso, análise documental são exemplo de pesquisas descritivas, sendo a segunda utilizada nesse trabalho porque foi pesquisado em diversificadas fontes, sendo uma dessas fontes os livros onde são abordados toda a trajetória, elaboração e desenvolvimento do tema da dissertação. Diante disso, ressalta-se o que afirma Fonseca:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)



Neste modelo de pesquisa “O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58). Isso ocorre, nesse trabalho, através da entrevista estruturada, ou seja, um questionário, direcionada aos gestores, professores e funcionários da Escola Municipal Teodoro Sampaio, onde se busca obter mais informações sobre a atuação de cada profissional diante da violência no contexto escolar. Assim, esse estudo que é estudo de caso, haja vista ser um método qualitativo que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual, serve para responder as dúvidas em relação à violência na escola.



### **3- RESULTADO E DISCURSSÃO**

A educação, no contexto ideológico capitalista, tem sido vista, pela perspectiva da economia, como formação do capital humano. Adota-se um modelo de formação, de pessoas produtivas para o mercado, que se torna hegemônico, constituído pelas competências necessárias à empregabilidade. Nesse sentido, refletir numa educação que venha na direção oposta a essa ideologia, que atenda às necessidades da população excluída dos direitos básicos da existência humana e dos princípios da formação de sujeitos críticos, solicita um aprofundamento complexo sobre os fundamentos dessa educação a ser direcionada e construída para atender as necessidades do povo, a partir da sua realidade.

Assim, busca-se refletir sobre a escola, a educação e a ação docente no processo de ensino e de aprendizagem, através de uma análise sobre o papel social da escola, o currículo e a formação docente.

O papel social da escola tem sido a garantia de uma educação popular a qual se relaciona com o efetivo cotidiano das pessoas, proporcionando-lhes conhecimento que implica na tomada de posição. Consoante Luckesi (1998), existem três tendências que interpretam o papel da educação na sociedade. A primeira, denominada redentora, considera que o papel da educação é retirar o indivíduo da ignorância, sem se preocupar, contudo, com as questões sociais, como a desigualdade e a injustiça, pois a função da escola não é intervir na sociedade, considerada justa da forma em que se encontra estabelecida. A outra tendência é a reprodutora, que atribui à educação o papel de reproduzir a sociedade da forma em que se encontra estruturada, cabendo à escola preparar o indivíduo para sua inserção. Por fim, a terceira tendência, denominada progressista ou revolucionária, preocupa-se em educar o indivíduo para conhecer criticamente a sociedade, preparando-o para nela intervir e transformá-la, tornando-a menos desigual e injusta. (LUCKESI, 1998).





## 2.1 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA PÚBLICA

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que toda criança e adolescente tem direito à educação, sendo de sua obrigação dispor-se ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita nas proximidades de sua residência; é também dever do Estado assegurar ensino fundamental obrigatório e gratuito (Artigo 208 da Constituição). Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente, **LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, a criança tem o direito a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer e a escola é a responsável por disponibilizar grande parte desses direitos:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
  - II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
  - III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
  - IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)
  - V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
  - VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
  - VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.  
§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

Como se verifica nos trechos apresentados da Lei frisa-se que é um direito garantido por lei brasileira a educação de crianças e adolescentes, objetivando o desenvolvimento enquanto pessoa, preparando-lhes para o exercício da cidadania e qualificando-lhes para o mercado de trabalho. A lei informa que os pais ou o responsável têm a obrigação de matricular a criança na rede regular de



ensino, sendo que será de responsabilidade dos gestores escolares comunicarem ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo os alunos.

Todos os dias nos chegamos, através da mídia, notícias dos mais variados tipos de violência vivenciados na sociedade brasileira. A violência não compõe um fato novo na sociedade, ela se apresenta de forma complicada no contexto atual e sua origem vem de causas diferentes “de natureza social, histórica e individual” (ABRAMOVAY, 2012). No mundo escolar, as várias manifestações de violência igualmente se fazem presentes, cada vez de forma mais acentuada.

Observa-se no contexto escolar alunos cometendo infrações que se caracterizam como comportamentos anormais. Estes tipos de comportamentos nos instigam e despertam o interesse em compreender o fenômeno da violência, visto que a dedicação com contexto educacional nos traz um olhar mais atento e observador, quanto aos comportamentos estudantis, suas manifestações e consequências no cotidiano escolar.

O que é violência, como se apresenta na sociedade, sobretudo, nas escolas, quais são os elementos causadores dessa violência e de que forma a gestão pode contribuir para amenizar o problema, constituem o quadro de questionamentos necessários para entender esse contexto.

Os tipos de violência e o seu conceito vão se propagar de acordo com a pessoa que a conceitua. Assim, para Charlot a violência é dividida em três níveis, onde se entende que o primeiro nível inclui ferimentos, golpes, pequenos furtos, crimes e vandalismos; a violência sexual, em que pode ser praticada por um conhecido ou por ente familiar, barbaridades, humilhações, palavras grosseiras e a falta de respeito com qualquer pessoa que faz parte do contexto escolar; e a violência simbólica que significa ausência de interesse do aluno pelos conhecimentos que a escola como instituição oferece, a negação pela própria identidade e principalmente insatisfação por parte dos profissionais, que na maioria das vezes são cometidos por doenças adquiridas ao longo dos anos das atividades em sala de aula.

Sobre o que é violência, Abbagnano (2007, p. 1189) afirma que é “ação contrária à ordem moral, jurídica ou política”. Assim, acrescenta-se as palavras de Abramovay (2003):

O que é caracterizado como violência escolar varia em função do estabelecimento, de quem fala (professores, diretores, alunos etc.), da idade e provavelmente do sexo. Não existe consenso em torno do seu significado.

Professor de Ciências da Educação, o especialista Bernard Charlot amplia o conceito, classificando-o em três níveis: violência (que inclui golpes, ferimentos, roubos, crimes e vandalismos, e sexual), incivildades (humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito) e





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

violência simbólica ou institucional compreendida, entre outras coisas, como desprazer no ensino, por parte dos alunos, e negação da identidade e da satisfação profissional, por parte dos professores. (ABRAMOVAY, 2003, p. 30)

Assim, a violência pode se apresentar de formas variadas nas escolas. De acordo com pesquisa realizada em 2012, alunos faltam à escola por causa da violência, entre 109 mil alunos do 9º ano do ensino fundamental ouvidos pelo IBGE, 8,8% deixaram de ir a pelo menos uma aula nos 30 dias anteriores à pesquisa. Conforming a pesquisa do IBGE 2012, podemos depreender que a violência não se restringe apenas a agressão física, haja vista suas sequelas atrapalharem o cotidiano e a rotina do agredido. Fante (2003) estabelece diversas formas de violência, para exemplificar a proposta de Fante, traz-se uma tabela ilustrativa:

**Tabela 01: Formas de Violências**

I- Quanto ao grau	-Violência simples ou pontual: aquela em que o autor ataca sua vítima de forma esporádica.
	-Violência complexa ou frequente: aquela em que o agressor ataca a sua vítima de maneira frequente.
II- Quanto à forma	Violência direta: contra pessoas, interpessoal.
	Violência indireta: contra utensílios, bens ou patrimônio (destroços, vandalismo, furtos)
	Violência oculta
	Violência identificada
III- Quanto ao tipo de violência	Violência física e sexual
	Violência verbal
	Violência psicológica
	Violência fatal
IV- Quanto ao nível	Discentes
	Docentes
	Funcionários
	Pais
	Instituição
V- Quanto às dimensões	Violência dentro da escola (relações interpessoais, furtos)





	Violência na área próxima da escola (relações interpessoais, uso e tráfico de drogas)
	Violência da escola (simbólica disciplinarização dos corpos e das mentes, métodos de ensino, relação da comunidade escolar e desesperança com o papel da escola)
VI- Quanto aos determinantes	Fatores biológicos (idade, nível de ativação hormonal). Fatores pessoais (dimensão da personalidade com certa propensão à violência)
	Fatores familiares (modelos de interação familiar, desagregação familiar).
	Fatores sociais (condições socioeconômicas).
	Fatores cognitivos (experiências vividas: isolamento, privação, associação entre emoção e agressão).
	Fatores ambientais (exposição repetida à violência doméstica, nos meios de comunicação e em jogos eletrônicos, tráfico e uso de drogas, impunidade)
VII- Quanto às consequências da violência	A- Docentes -Disrupção (perturbação nas aulas). Absenteísmo (falta de assistência às aulas). Problemas somáticos e psicológicos (ansiedade, tédio, depressão). Falta de interesse e desencanto pela escola. Queda do rendimento escolar. Falta de perspectiva de futuro melhor via educação. Diminuição da autoestima. Evasão escolar. Retenção escolar. Descrença no Poder Público.
	B- Docentes e quadro funcional -Desesperança. Descrença no sistema educacional. Diminuição da autoestima. Problemas somáticos.

Fonte: (ADAPTAÇÃO DE FANTE, 2003).

Diante do posicionamento de Fante (2003), pode-se conhecer e entender um pouco mais sobre os elementos causadores da violência. Para colaborar com essa ideia, a seguir faz-se uma ilustração da violência praticada na escola e os fatores que estimulam a violência, esses dados foram de uma pesquisa realizada Ornellas e Radel (2010). Tem-se na figura 01 o gráfico de violências praticadas na escola.



#### **4- CONCLUSÃO**

Essa pesquisa, que contou com a leitura de um material teórico, buscou aprofundar os conhecimentos sobre a violência que vem acontecendo no ambiente escolar. Para tanto, a participação de gestores, professores e funcionários torna-se essencial para o desfecho dos dados, haja vista ser a opinião deles fundamental para aumentar o desejo de se pesquisar mais a fundo esse problema e buscar soluções possíveis, as quais podem partir da produção de uma cartilha que ensine gestor, professor e funcionários a lidarem com a violência na escola. No contexto educacional é preciso ter consciência do quanto uma prática sem propósito e desvinculada do conhecimento pode comprometer não apenas o crescimento cognitivo do aluno, mas sua autoestima, sua apreciação pela busca do saber e seu desenvolvimento profissional futuro.

Sabemos, ser a escola um ambiente eclético e de dinamicidade na composição social, um espaço também de conflitos permanentes que se manifestam no corpo das relações sociais e esses elementos de poder e autoridade conferidos à instituição são legitimações mais ou menos aceitas, de acordo com o nível de conhecimento de direitos sociais e de cidadania que a sociedade está submetida. Porque senão, a escola pode se converter em instrumento de reprodução de desigualdades, na tentativa de enquadramento dos sujeitos a um potencial esperado e desejado, mas que não dá conta das diversidades e dos interesses desse ser e o caminho para a discussão das soluções passa também pela consideração desses aspectos.

Vale ressaltar que é emblemática a preocupação por parte do poder público acerca da violência produzida pelos alunos e não da própria instituição, uma versão unilateral do problema. Por isso, a pressão da sociedade na exigência de uma tomada de atitude frente a essa realidade o colocou no cumprimento de adoções de medidas sobre a situação, como enfatiza Sposito (2002). Contudo, a experiência não foi considerada satisfatória, pelo seu caráter analisado como antidemocrático e de formulações de medidas pontuais e descontínuas, sem efeitos estruturantes.

Dessa forma além de suscitar funções específicas no âmbito da educação básica por meio de proposição interventiva, a pretensa reflexão trás na sua prática pedagógica a consolidação de um ensino voltado para o empreendimento da realidade social, imprimindo à comunidade escolar formas de gestão de seus conflitos, dinâmicas de reflexão democrática dos mecanismos de aplicação de controle. A diversidade cultural e os limites políticos das representações sociais alimentam a necessidade de uma educação cidadã de fato e de direito, que se repense e que mobilize os atores



envolvidos numa prática compromissada e responsável diante dos casos enfrentados. A instrumentalização dos atores se projeta com excessiva urgência para desenvolver capacidade e habilidade de identificação dos tipos de violência escolar e conseqüentemente, seus mecanismos de intervenção como por exemplo; assembléia escolar/classe; podem ajudar a regular e regulamentar a convivência e as relações interpessoais no âmbito das escolas/classe, sobre o enfrentamento - círculos restaurativos; podem ser utilizados depois que o conflito gerou uma conseqüência negativa e seu foco está no restabelecimento das relações que foram fragilizadas e na reparação do dano sofrido.

Conclui-se este trabalho percebendo-se que é nas relações que o sujeito aprende, e, se as emoções são um instrumento importante de exteriorização do sentimento do sujeito, é através da relação amigável que se pode resolver problemas como o da violência na escola.





## 5- REFERENCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMOVAY, Miriam. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. / Miriam Abramovay ET al. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.

ABRAMOVAY, M. **Violência escolar – o bê-á-bá da intolerância e da discriminação**. 2003. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_02.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf)>

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos e cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FANTE, Cleodelice A. Zonato. **Fenômeno Bullying**. São José do Rio Preto/SP: Editora Ativa, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática – 5. Ed.** Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Cinco ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1998

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ORNELLAS, Maria de Lourdes; RADEL, Daniela. **Violência na escola: grito e silêncio**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante. **Gestão escolar participativa e clima organizacional**. Gestão em ação, Salvador v.4, 2001.

UNESCO. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Brasília, 1998.

(83) Professora de Letras com Inglês; Especialista em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente; Aluna regular do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação da Uneb.

3322.3222

contato@conedu.com.br

**[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)**